



ACÓRDÃO Nº1390/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11654/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro.
- 4- **Responsável:** Andrea Barker Costa (Ordenador de Despesa).
- 5- **Exercício:** 2020
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2419/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da **Sra. Andrea Barker Costa**, Gestora e Ordenadora da Despesa do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, exercício de 2020, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso I e § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, em razão dos achados que importaram na aplicação de multa à gestora.

10.2. Aplicar Multa a **Sra. Andrea Barker Costa** no valor de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos) nos termos do art. 54, inciso I, alínea “a” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face do encaminhamento intempestivo de balancetes, demonstrações contábeis e documentos mensais referentes a receitas e despesas, em descumprimento ao prazo previsto no art. 20,



ACÓRDÃO Nº1390/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO

inciso II c/c §1º da LC AM nº 06/1991 (Questionamento 01 da DICAD).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa a Sra. Andrea Barker Costa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos termos do art. 54, inciso VII da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE", em face das impropriedades apontadas pela DICAD abaixo relacionadas:

10.3.1. Questionamento 02, descumprimento da NBC T 16.9, parte constante do MCASP, uma vez verificada a ausência da Conta "Depreciação / Amortização / Exaustão Acumulada de Bens Móveis" no Ativo não Circulante (Imobilizado), no Balanço Patrimonial;

10.3.2. Questionamento 04, descumprimento do art. 94, 95 e 106, inciso II da Lei nº 4.320/1964, uma vez verificada a divergência entre o valor da conta Bens Móveis no Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial e o valor constante no Inventário dos Bens Patrimoniais;

10.3.3. Questionamento 05, descumprimento dos artigos 89 e 90 da Lei nº 4.320/1964, considerando a existência de pendência de regularização na conta caixa no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial;

10.3.4. Questionamento 07, descumprimento do art. 37 da Constituição Federal, inciso XXI c/c art. 2º da Lei nº 8.666/1993, considerando a fragmentação de despesas com gêneros alimentícios.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



ACÓRDÃO Nº1390/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Dar ciência à Sra. Andrea Barker Costa, acerca do julgado.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Dezembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral